

#18J: Maioria dos federais reforça ato por recomposição salarial



Desde o final do ano passado, quando Bolsonaro anunciou pretensão de conceder reajuste em 2022 apenas a carreiras da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), servidores federais se mobilizam para reivindicar recomposição salarial linear. Há cinco anos sem qualquer reajuste, a maioria dos servidores do Executivo protesta diante da postura do governo que, além de tudo, não abriu qualquer canal de diálogo para discutir a questão.

Dia 11 (terça-feira), o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef/Fenadsef aprovou adesão ao ato convocado inicialmente pelo Fonacate para o próximo dia 18, terça-feira. Nessa sexta, 14, o Fonasefe se reúne e deve também confirmar a participação reforçando ainda mais a atividade que reivindica recomposição salarial e cobra abertura de diálogo com o governo.

A partir das 10 horas está previsto também um ato em frente ao Banco Central onde servidores também discutem a entrega de cargos e o início de uma greve em protesto ao orçamento 2022 e sinalizações do governo de tratamento diferenciado apenas a algumas categorias. "De elogios inócuos e 'tapinhas nas costas' os servidores estão cansados",

disse em nota o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal).

PEC 32 e EC 95

Além da luta por reajuste salarial, os servidores continuam empenhados em derrubar a reforma Administrativa de Bolsonaro-Guedes que, na prática, representa o fim dos serviços públicos brasileiros. A proposta promove o desmonte do serviço público e passa atribuições do Estado a empresários, além de lotear os cargos públicos com

apadrinhados políticos. Os servidores também rejeitam a Emenda Constitucional (EC) 95, que congelou os investimentos públicos no país por 20 anos.

Outro objetivo das mobilizações em torno do reajuste salarial é o de ampliar o debate com todos os servidores brasileiros para que se consolide a mesma unidade construída em torno da luta contra a PEC 32, que será intensificada em 2022. Foi essa unidade que conseguiu impedir a aprovação da reforma em 2021.

Fonte: Condsef

ATENÇÃO

ATO NACIONAL EM DEFESA DOS ACT'S PENDENTES DA EBSEH.

PARTICIPE !!

TRABALHADORES DA
EBSEH
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

- + DOIS ACT'S PARADOS!
- + DESVALORIZAÇÃO PROFISSIONAL
- + SALÁRIOS DEFASADOS

Basta!

SINDSEP
MARANHÃO

Espanha revoga reforma trabalhista e pode ser exemplo para o Brasil

Uma década perdida, essa é a avaliação do governo espanhol sobre os efeitos da reforma trabalhista implementada na Espanha há dez anos.

Com o fracasso da desregulamentação e flexibilização dos direitos que precarizou o trabalho e reduziu salários sem aumentar a oferta de empregos e impactar negativamente no crescimento econômico, o governo espanhol, as centrais sindicais e as representações patronais finalmente firmaram acordo para a edição de Decreto Real implantando uma contrarreforma.

O Real Decreto Ley 32/2021 de 28 de dezembro traz em seu bojo medidas urgentes para garantir direitos e estabilidade no emprego, rompendo assim o ciclo de precarização e desestabilização social iniciado há dez anos.

Essa medida corajosa e importante do governo espanhol pode ser o sinal que faltava para que o tema seja pautado também no Brasil, afinal, a reforma trabalhista implan-



tada no país teve como inspiração e seguiu os mesmos passos da reforma espanhola, tendo também os mesmos resultados; precarização do trabalho, diminuição de salários, desestabilização social, diminuição do emprego formal e encolhimento da economia.

O Partido dos Trabalhadores (PT) que tem como candidato a presidência em 2022 o ex-presidente LULA, já inseriu em seu projeto de governo a revogação da reforma trabalhista em vigor, além de propor uma ampla discussão sobre o tema para restaurar

direitos, abrir novas vagas em empregos formais e assim garantir renda as famílias dos trabalhadores e aquecer a economia com a reestruturação do mercado interno.

Agora a população precisa abraçar essa pauta e cobrar dos futuros candidatos ao Congresso Nacional o compromisso de levar essa discussão ao Plenário das casas legislativas tão logo seja iniciada a nova legislatura para garantir e devolver os direitos dos trabalhadores.

Texto: Ricardo Milan

